

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º semestre de 2025

CENTRAL SICOOB UNI



# SUMÁRIO

**03** Parecer do Auditor  
Independente sobre as  
Demonstrações Financeiras.

**14** Demonstração do  
Resultado Abrangente.

**07** Relatório da  
Administração.

**15** Demonstração das  
Mutações do  
Patrimônio Líquido.

**12** Balanço Patrimonial.

**16** Demonstração dos  
Fluxos de Caixa.

**13** Demonstração das  
Sobras ou Perdas.

**17** Notas Explicativas da  
Administração às  
Demonstrações Financeiras.





**PARECER  
DO AUDITOR  
INDEPENDENTE**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Cooperados da  
Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito - Sicoob Uni

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito - Sicoob Uni (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito - Sicoob Uni em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Informações comparativas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

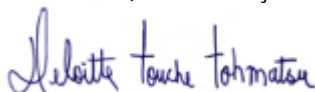
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Bruno Cunha Dutra da Silveira  
Contador  
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, filiadas e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira Central Sicoob Uni.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

### 1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,4 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 9,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

### 2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

### 3. Nossa cooperativa

A Central Sicoob Uni é uma instituição financeira cooperativa voltada para a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das Cooperativas Singulares (filiadas), integrado e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da comunidade em que nossas filiadas (Cooperativas Singulares) estão inseridas.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

#### Conselho de Administração:

Nome	Cargo
Raimundo Nonato Leite Pinto	Presidente
Asdrubal Francisco Epaminondas de Melo	Primeiro Vice-Presidente
Argemiro Antônio Fontes Mendonça	Segundo Vice-Presidente
Andre Luiz Baptista Lins Rocha	Conselheiro
Arnaldo de Sousa Teixeira Junior	Conselheiro
Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa	Conselheiro
Clidenor Gomes Filho	Conselheiro
Diogo Máfia Vieira	Conselheiro
Elson Ricardo Stangarlin Fernandes	Conselheiro
Jose Eduardo Silveira dos Santos	Conselheiro
Júlio Cesar Ferreira da Silva	Conselheiro
Marco Felipe Francisco Honorato de Barros	Conselheiro
Roberto Kioshi Gushken	Conselheiro
Vanderley Cezário de Lima	Conselheiro

**Diretoria Executiva:**

Nome	Cargo
Cristina Estrela Arantes	Diretor de Controle e Risco
Dejan Rodrigues Nonato	Diretor Operacional
Marco Moises de Oliveira	Diretor de Negócios

**4. Política de Crédito**

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de recursos (centralização financeira). Concessão essa que é realizada para as Cooperativas Singulares (filiações) após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/2023, havendo uma concentração de 100% nos estágios 1 e 2, as operações estão classificadas nas carteiras C3 e C5.

**5. Governança Corporativa**

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada delegado (que representa a Cooperativa filiada) tem direito a 1 (um) voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A Central Sicoob Uni, no cumprimento das atribuições de Supervisão, conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento contínuo de "controles e riscos". Essa estrutura é composta por: 5 (cinco) colaboradores alocados na área de "Riscos e Controles Internos" e 09 (nove) na área de "Sistemas de Controles Internos". Os trabalhos são supervisionados pela Diretora responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Uni e CCS-Centro Cooperativo Sicoob), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e homologado por esta Central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Central Sicoob Uni adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiações e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os cooperados de nossas filiadas e integrantes das comunidades onde estamos presentes por meio das agências cooperativas, em que são atendidas manifestações sobre os produtos e serviços.

No exercício de 2025, as Cooperativas filiadas à CENTRAL SICOOB UNI registraram um total de 1.693 (mil seiscentos e noventa e três) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas agências cooperativas.

Dentre elas havia elogios, reclamações e pedidos de esclarecimento relacionados, principalmente, a Operações de Crédito, Atendimento e Conta-Corrente. Do total de registros, 750 (setecentos e cinquenta) foram considerados procedentes.

## 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

## 8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

**Data-base:** 31 de dezembro de 2025.

**Unidade de Apresentação:** Valores em reais.

	Descrição	31/12/2025
Ativo	Aplicações e TVM	7.471.686.420,97
	Carteira de Crédito	107.211.647,33
	Total de Ativos	7.727.472.826,93
Passivo e PL	Centralização Financeira	7.401.069.933,90
	Patrimônio Líquido	316.662.206,45
	Sobras do Semestre	60.150.369,58
	Patrimônio de referência	233.867.987,28
	Número de cooperados	8

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

**Conselho de Administração e Diretoria.**

**GOIÂNIA-GO**



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025  
Em reais

Descrição	Notas	31/12/2025
<b>ATIVO</b>		<b>7.727.472.826,93</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>5</b>	<b>11.757,39</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>1.217.168.824,48</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	58.146.830,82
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	1.053.891.819,42
Operações de Crédito	6.6	107.211.647,33
Outros Ativos Financeiros	8	39.400,38
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	<b>6.5 e 7.1</b>	<b>(2.120.873,47)</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>5.449.447.074,17</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas	6.2	5.449.447.074,17
<b>ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO</b>		<b>910.200.696,56</b>
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	910.200.696,56
<b>ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS</b>	<b>9</b>	<b>1.657.239,15</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>10</b>	<b>1.824.627,29</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>128.834.669,33</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12</b>	<b>24.623.150,98</b>
<b>INTANGÍVEL E ÁGIO</b>	<b>13</b>	<b>814.991,85</b>
<b>(-) DEPRECIACOES E AMORTIZACOES</b>		<b>(7.110.204,27)</b>
(-) Depreciaco Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(6.515.921,81)
(-) Amortizaco Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(594.282,46)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.727.472.826,93</b>
<b>PASSIVO E PATRIMNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.727.472.826,93</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO</b>		<b>7.410.810.620,48</b>
<b>RELAOES INTERFINANCEIRAS</b>		<b>7.401.069.933,90</b>
Centralizaco Financeira - Cooperativas	14.1	7.401.069.933,90
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>7.108.066,56</b>
Obrigaoes Fiscais, Correntes e Diferidas	15.1	1.043.430,64
Outras Obrigaoes	15.2	6.064.635,92
<b>PROVISOES</b>	<b>16</b>	<b>2.632.620,02</b>
Provisoes e Outras Obrigaoes com Instrumentos Financeiros		218.718,55
Proviso para Pagamento a Efetuar		2.182.442,12
Proviso para Contingencias		231.459,35
<b>PATRIMNIO LÍQUIDO</b>	<b>17</b>	<b>316.662.206,45</b>
CAPITAL SOCIAL		257.186.017,13
RESERVAS DE SOBRAS		49.477.991,42
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(9.338,60)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		10.007.536,50
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.727.472.826,93</b>

As Notas Explicativas da Administrao so parte integrante das demonstraoes financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025  
Em reais

Descrição	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>515.993.704,66</b>	<b>995.702.139,05</b>
Resultado de Operações de Crédito	19.1	7.560.247,98	16.574.727,15
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	19.2	128.846.861,24	323.955.607,80
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		379.586.595,44	655.171.804,10
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(500.723.980,75)</b>	<b>(964.127.789,30)</b>
Operações de Empréstimos e Repasses	20	(500.723.980,75)	(964.127.789,30)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>15.269.723,91</b>	<b>31.574.349,75</b>
<b>PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>169.931,75</b>	<b>1.973.775,73</b>
	21		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>15.439.655,66</b>	<b>33.548.125,48</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>12.374.189,57</b>	<b>26.595.107,58</b>
Receitas de Prestação de Serviços	22	13.971,91	32.026,35
Despesas de Pessoal	23	(14.424.708,15)	(27.849.908,12)
Outras Despesas Administrativas	24	(4.425.047,67)	(7.970.410,65)
Despesas Tributárias	25	(94.781,72)	(193.755,89)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.2	5.735.749,55	18.149.561,89
Outras Despesas Operacionais	27	(1.000.415,13)	(2.061.406,08)
Outras Receitas Operacionais	26	26.569.420,78	46.489.000,08
<b>PROVISÕES</b>		<b>(7.557,33)</b>	<b>7.129,52</b>
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	(7.557,33)	7.129,52
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>27.806.287,90</b>	<b>60.150.362,58</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		<b>7,00</b>	<b>7,00</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>27.806.294,90</b>	<b>60.150.369,58</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>116.929,56</b>	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		68.648,68	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		48.280,88	-
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>27.923.224,46</b>	<b>60.150.369,58</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025  
Em reais

Descrição	2º Sem. 2025	31/12/2025
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>27.923.224,46</b>	<b>60.150.369,58</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>(89.291,50)</b>	<b>(406.042,41)</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial	(89.291,50)	(406.042,41)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>27.833.932,96</b>	<b>59.744.327,17</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025  
Em reais

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 30/06/2025</b>		<b>226.604.762,33</b>	<b>11.580.135,16</b>	<b>66.214.860,50</b>	<b>79.952,90</b>	<b>31.220.501,00</b>	<b>335.700.211,89</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		50.000.000,00	-	(50.000.000,00)	-	-	-
Por Devolução (-)		(46.686.628,58)	-	-	-	-	(46.686.628,58)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	<b>17.4</b>	-	-	-	-	<b>1.831.042,81</b>	<b>1.831.042,81</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		-	-	-	-	<b>27.923.224,46</b>	<b>27.923.224,46</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		-	-	-	<b>(89.291,50)</b>	-	<b>(89.291,50)</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	17.5	27.267.883,38	-	-	-	(27.267.883,38)	-
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>							
Fundo de Reserva	17.4	-	3.335.845,50	-	-	(3.335.845,50)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	17.4	-	-	18.347.150,26	-	(18.347.150,26)	-
FATES - Atos Cooperativos	17.4	-	-	-	-	(1.667.922,75)	(1.667.922,75)
FATES - Atos Não Cooperativos	18	-	-	-	-	(348.429,88)	(348.429,88)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>		<b>257.186.017,13</b>	<b>14.915.980,66</b>	<b>34.562.010,76</b>	<b>(9.338,60)</b>	<b>10.007.536,50</b>	<b>316.662.206,45</b>
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		<b>221.430.170,34</b>	<b>11.580.135,15</b>	<b>66.214.860,50</b>	<b>396.703,81</b>	<b>5.174.592,00</b>	<b>304.796.461,80</b>
<b>Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21</b>		-	-	-	-	<b>(1.006.644,12)</b>	<b>(1.006.644,12)</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>							
Distribuição de sobras para associados	17.3	5.174.592,00	-	-	-	(5.174.592,00)	-
<b>Outros Eventos/Reservas</b>		<b>(0,01)</b>	<b>0,01</b>	-	-	-	-
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		50.000.000,00	-	(50.000.000,00)	-	-	-
Por Devolução (-)		(46.686.628,58)	-	-	-	-	(46.686.628,58)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>	<b>17.4</b>	-	-	-	-	<b>1.831.042,81</b>	<b>1.831.042,81</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		-	-	-	-	<b>60.150.369,58</b>	<b>60.150.369,58</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		-	-	-	<b>(406.042,41)</b>	-	<b>(406.042,41)</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>							
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	17.5	27.267.883,38	-	-	-	(27.267.883,38)	-
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>							
Fundo de Reserva	17.4	-	3.335.845,50	-	-	(3.335.845,50)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	17.4	-	-	18.347.150,26	-	(18.347.150,26)	-
FATES - Atos Cooperativos	17.4	-	-	-	-	(1.667.922,75)	(1.667.922,75)
FATES - Atos Não Cooperativos	18	-	-	-	-	(348.429,88)	(348.429,88)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>		<b>257.186.017,13</b>	<b>14.915.980,66</b>	<b>34.562.010,76</b>	<b>(9.338,60)</b>	<b>10.007.536,50</b>	<b>316.662.206,45</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025  
Em reais

Descrição	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>27.923.224,46</b>	<b>60.150.369,58</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	26	-	(17.967,07)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.2	(5.735.749,55)	(18.149.561,89)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	21	(169.931,75)	(1.973.775,73)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	7.557,33	(7.129,52)
Depreciações e Amortizações	24	635.899,06	1.279.244,46
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>		<b>22.660.999,55</b>	<b>41.281.179,83</b>
<b>(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.083.298,46	4.683.412,68
Títulos e Valores Mobiliários		(191.058.217,06)	2.184.461.034,06
Operações de Crédito		(25.386.813,98)	61.963.763,36
Outros Ativos Financeiros		4.000,00	4.000,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(1.431.984,53)	(1.431.984,53)
Outros Ativos		(100.549,24)	(675.785,57)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>			
Relações Interfinanceiras		(193.299.642,79)	(44.446.655,24)
Outros Passivos Financeiros		44.952,47	(231.249,84)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		217.384,64	(1.299,31)
Outros Passivos		1.086.400,74	(661.243,68)
FATES - Atos Cooperativos		(1.667.922,75)	(1.667.922,75)
FATES - Atos Não Cooperativos		(348.429,88)	(348.429,88)
Reversão/Realização de Fundos		1.831.042,81	1.831.042,81
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(384.365.481,56)</b>	<b>2.244.759.861,94</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	26	-	17.967,07
Aquisição de Intangível		-	(131.101,36)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(199.069,45)	(403.541,09)
Aquisição de Investimentos		498.502,56	898.768,42
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>299.433,11</b>	<b>382.093,04</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Devolução de Capital aos Cooperados		(46.686.628,58)	(46.686.628,58)
Outros Eventos/Reservas		(89.291,50)	(406.042,41)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>(46.775.920,08)</b>	<b>(47.092.670,99)</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(430.841.968,53)</b>	<b>2.198.049.283,99</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		5.937.647.630,91	3.308.756.378,39
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	5.506.805.662,38	5.506.805.662,38
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(430.841.968,53)</b>	<b>2.198.049.283,99</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto Operacional

A CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, doravante denominado **CENTRAL SICOOB UNI**, foi fundada em 27 de agosto de 2000 e tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.910/2021, 4.970/2021 e 5.051/2022, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das projeções financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **23/03/2026**.

### b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 estão refletidos nas demonstrações deste período.

### **c) Moeda Funcional e apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

#### **2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

##### **a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade. Fica facultado o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o art. 22 até 31 de dezembro de 2026 tratado no art. 71-A da resolução CMN 4.966/21.

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução CMN nº 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

**i) Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

**ii) Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

**iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente;

(ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

#### **b) Adoção Inicial**

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

#### **c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, institui os tributos IBS, CBS e IS, promovendo ampla reformulação no sistema tributário nacional. Para as cooperativas de crédito, a norma preserva o tratamento diferenciado dos atos cooperativos, mantendo a não incidência do IBS e da CBS sobre operações realizadas entre cooperativas e seus cooperados. No entanto, operações com terceiros permanecem sujeitas à tributação. A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo.

Não haverá alterações nas apurações de tributos em 2025. A Cooperativa está acompanhando as discussões e aguarda regulamentações adicionais para avaliar os impactos da reforma tributária de forma específica.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### 3. Principais Políticas Materiais

#### 3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### 3.2 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### 3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 4.

#### 3.4 Instrumentos Financeiros

##### I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

**Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

**Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

**Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

**Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

**Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios.

**Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

## II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

**Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

**Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

### III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros são categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

**Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

### IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa reclassificou seus ativos e passivos financeiros no semestre apresentado. Estando demonstrados no quadro de reclassificação nota 4.

### V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

#### 3.5 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a Taxa de Juros Efetiva da Operação (TJEO) e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

#### 3.6 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

### 3.8 Provisão para Perdas

#### I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

#### II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

**Estágio 1:** refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

**Estágio 2:** refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

**Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default).

#### III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

#### IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

##### 3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

Operações reestruturadas são renegociação que impliquem em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Os instrumentos financeiros são alocados em estágios (estágio 1, estágio 2 e estágio 3) e classificados em Carteiras (C1 a C5) com base na modalidade, submodalidade e garantias e demais requisitos estipulados pela Resolução BCB 352/23. Ativos problemáticos (com problema de recuperação de crédito) são alocados no estágio 3, podendo em determinadas situações a marcação ser arrastada para outras operações de uma mesma contraparte ou grupo econômico.

O arrasto é realizado para a condição de Ativo Problemático não sendo observado situações de exclusão por materialidade. Os ativos financeiros são classificados em dois grupos para tratamento das carteiras, o atacado e o varejo. No atacado, todas as operações da contraparte e contrapartes conectadas são arrastadas, exceto as operações com risco significativamente menor. No varejo, todas as operações dentro do mesmo Grupo Homôgeneo de Risco e mesma contraparte são arrastadas.

O modelo interno de mensuração da provisão para perda esperada do Sicoob considera fatores, como: O risco do associado, o tipo de pessoa, os tipos de produtos, as garantias, os aspectos que evidenciam aumento de risco, os cenários macroeconômicos, e a caracterização de ativo problemático.

A perda incorrida é atribuída aos ativos inadimplidos de acordo com os percentuais mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil (Resolução BCB nº 352/23). As diferenças entre os pisos mínimos e os percentuais do modelo interno do Sicoob, são tratados como perda esperada.

A cura de ativo problemático observa parâmetros definidos em modelo interno do Sicoob e é executada com periodicidade mensal.

A contratação de operações e as ações para a recuperação de créditos em atraso em conformidade com as normas de crédito, utilizando sistemas informatizados e respeitando as condições de mercado.

### 3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025.

### 3.11 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

### 3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- Edificações - 4%;
- Mobiliários – 10%;
- Veículos e processamento de dados – 20%.

### 3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

### 3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

### 3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

### 3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

### 3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

### 3.18 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

### 3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### 3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

### 3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

### 3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

## 4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

**a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/21.**

<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>304.796.461,80</b>
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito	1.517.869,68
Perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	(3.174.181,69)
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma <sup>(I)</sup>	649.667,89
<b>Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025</b>	<b>(1.006.644,12)</b>

(I) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

**b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:**

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações <sup>(I)</sup>	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	3.314.222.089,08	-	646.777.844,15 2.667.444.244,93	CA VJORA VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA VJORA VJR
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários	4.148.553.550,04	(3.174.181,69)	1.270.932.561,67 9.625.809,46 2.032.754.607,71 31.093.146,13 804.147.425,07	CA CA VJORA VJR VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.174.181,69)	CA VJORA VJR
Operações de Crédito	Operações de Crédito	169.175.410,69	-	169.175.410,69	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.438.337,19)	1.517.869,68	(920.467,51)	CA
Outros Ativos Financeiros	Outras Ativos Financeiros	43.400,38	-	43.400,38	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
<b>Total Ativos Financeiros</b>		<b>7.629.556.113,00</b>	<b>(1.656.312,01)</b>	<b>7.627.899.801,00</b>	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações <sup>(I)</sup>	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	7.382.410.378,50	-	7.382.410.378,50	CA
	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	875.515,96	649.667,89	225.848,07	CA
<b>Total Passivos Financeiros</b>		<b>7.383.285.894,46</b>	<b>649.667,89</b>	<b>7.382.636.226,57</b>	

(I) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

**5. Caixa e Equivalente de Caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	11.757,39	-	11.757,39
Aplicações interfinanceiras de liquidez <sup>(I)</sup>	5.507.593.904,99	-	5.507.593.904,99
<b>Total</b>	<b>5.507.605.662,38</b>	<b>-</b>	<b>5.507.605.662,38</b>
(-) Aplicações interfinanceiras de liquidez - Bloqueado	(800.000,00)	-	(800.000,00)
<b>Saldo Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>5.506.805.662,38</b>	<b>-</b>	<b>5.506.805.662,38</b>

(I) Refere-se a aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob indexados ao CDI. Os Rendimentos auferidos com depósitos interfinanceiros no exercício de 2025 foi de R\$655.171.804,10.

## 6. Instrumentos Financeiros

### 6.1 Aplicações Financeiras Mensuradas ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Descrição	Valor contábil	31/12/2025	
		Perda Esperada	Saldo Líquido
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Custo Amortizado</b>	<b>58.146.830,82</b>	-	<b>58.146.830,82</b>
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros <sup>(I)</sup>	58.146.830,82	-	58.146.830,82
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Custo Amortizado</b>	<b>1.053.891.819,42</b>	<b>(1.727.334,80)</b>	<b>1.052.164.484,62</b>
Títulos Públicos Federais	730.102.304,55	-	730.102.304,55
Títulos Privados de Instituições Financeiras <sup>(II)</sup>	323.789.514,87	(1.727.334,80)	322.062.180,07

(I) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração atrelada ao CDI.

(II) Os Títulos Privados de Instituições Financeiras referem-se, substancialmente, às aplicações em Letras Financeiras.

### 6.2 Aplicações Financeiras Mensuradas ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - VJORA</b>	<b>4.498.924.767,88</b>	-	<b>4.498.924.767,88</b>
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	4.498.924.767,88	-	4.498.924.767,88
<b>Títulos e Valores Mobiliários - VJORA</b>	<b>950.522.306,29</b>	-	<b>950.522.306,29</b>
Títulos Públicos Federais	950.522.306,29	-	950.522.306,29

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração atrelada ao CDI e aplicações em LFT.

### 6.3 Aplicações Financeiras Mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
<b>Títulos e Valores Mobiliários - VJR</b>	<b>910.200.696,56</b>	-	<b>910.200.696,56</b>
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen	31.360.153,36	-	31.360.153,36
Cotas de Fundo	868.464.480,06	-	868.464.480,06
Participações de Cooperativas (I)	10.376.063,14	-	10.376.063,14

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

(I) Referem-se a participações no capital social de cooperativas avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB n° 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### 6.4 Composição das Aplicações Financeiras por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	171.178.427,46	3.759.457.164,78	626.436.006,46	<b>4.557.071.598,70</b>
Participação em Cooperativa	-	-	10.376.063,14	<b>10.376.063,14</b>
Títulos de Renda Fixa	244.359.016,82	1.029.952.804,34	761.462.457,91	<b>2.035.774.279,07</b>
Cotas de Fundos de Investimento	868.001.048,40	-	463.431,66	<b>868.464.480,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.283.538.492,68</b>	<b>4.789.409.969,12</b>	<b>1.398.737.959,17</b>	<b>7.471.686.420,97</b>

#### 6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.112.038.650,24	(1.727.334,80)	1.110.311.315,44
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	5.449.447.074,17	-	5.449.447.074,17
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	910.200.696,56	-	910.200.696,56
<b>TOTAL</b>	<b>7.471.686.420,97</b>	<b>(1.727.334,80)</b>	<b>7.469.959.086,17</b>

#### 6.6 Composição da Carteira de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, a composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
<b>Operações de Crédito - Custo Amortizado</b>			
Empréstimos	107.211.647,33	(393.538,67)	106.818.108,66

#### 6.7 Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Empréstimos	13.854.830,64	36.605.353,95	56.751.462,74	<b>107.211.647,33</b>

#### 6.8 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos	31/12/2025	% da Carteira
Pessoa Jurídica – Cooperativas de crédito mútuo	107.211.647,33	107.211.647,33	100,00%

#### 6.9 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	64.758.761,93	60,40%
10 Maiores Devedores	107.211.647,33	100,00%
50 Maiores Devedores	107.211.647,33	100,00%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos.

#### 6.10 Concentração das Operações de Crédito por Grupos Homogêneos

Para a avaliação do risco de crédito e apuração da perda esperada associada ao risco de crédito a Cooperativa avalia de forma coletiva sua carteira, através da definição de grupos homogêneos de risco.

Entende-se como grupos homogêneos de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando:

- Características de risco de crédito da contraparte;
- Características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias relacionados com o instrumento;

- Estágio em que o instrumento está alocado;
- Atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- Risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- Demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento.

### 6.11 Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

Descrição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos	105.972.875,55	1.238.771,78	-	107.211.647,33
Garantias Financeiras Prestadas	28.262.591,94	-	-	28.262.591,94
<b>Total</b>	<b>134.235.467,49</b>	<b>1.238.771,78</b>	<b>-</b>	<b>135.474.239,27</b>

### 6.12 Concentração das Operações pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Faixas de Vencimento

Modalidade		A Vencer em até 90 Dias	A Vencer Entre 91 a 360 Dias	A Vencer acima de 360 Dias	Vencido a partir de 15 dias	Total	% da Carteira
Garantias Financeiras Prestadas	Maior devedor Dez maiores devedores	- -	275.234,58 275.234,58	27.987.357,36 27.987.357,36	- -	28.262.591,94 28.262.591,94	20,86% 20,86%

### 6.13 Reconciliação da Carteira Bruta das Operações de Crédito

A reconciliação da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios, estão assim compostas:

Movimentação da carteira em Estágios:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo Inicial - 01/01/2025</b>	<b>196.972.316,50</b>	<b>1.386.959,39</b>	<b>-</b>	<b>198.359.275,89</b>
( + ) Transferido de Estágio	-	-	-	-
( + ) Aquisição	106.248.110,13	-	-	106.248.110,13
( - ) Liquidação	(168.984.959,14)	(148.187,61)	-	(169.133.146,75)
( - ) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	-	-
<b>Provisão Final - 31/12/2025</b>	<b>134.235.467,49</b>	<b>1.238.771,78</b>	<b>-</b>	<b>135.474.239,27</b>

### 6.14 Operações de Crédito Alocados no Terceiro Estágio

Em 31 de dezembro de 2025, a Central Sicoob Uni não possuía operações de crédito alocadas no terceiro estágio.

### 6.15 Hierarquia de Valor Justo

Em 31 de dezembro de 2025 a classificação da hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros tem a seguinte composição:

#### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Descrição	31/12/2025			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	58.146.830,82	-	58.146.830,82
Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras (LF)	-	323.789.514,87	-	323.789.514,87
Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	730.102.304,55	-	-	730.102.304,55
<b>Total</b>	<b>730.102.304,55</b>	<b>381.936.345,69</b>	-	<b>1.112.038.650,24</b>

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes

Descrição	31/12/2025			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	4.498.924.767,88	-	4.498.924.767,88
Títulos e Valores Mobiliários	950.522.306,29	-	-	950.522.306,29
<b>Total</b>	<b>950.522.306,29</b>	<b>4.498.924.767,88</b>	-	<b>5.449.447.074,17</b>

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Descrição	31/12/2025			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e Valores Mobiliários - Fundos de Investimentos	-	868.464.480,06	-	868.464.480,06
Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras (LF)	-	31.360.153,36	-	31.360.153,36
Títulos e Valores Mobiliários - Participações de Cooperativas	-	-	10.376.063,14	10.376.063,14
<b>Total</b>	-	<b>899.824.633,42</b>	<b>10.376.063,14</b>	<b>910.200.696,56</b>

No semestre não houve reclassificações entre níveis de hierarquia.

## 7. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas

### 7.1 Distribuição dos Instrumentos Financeiros por Classe e Estágios

Descrição	31/12/2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Empréstimos	295.773,93	97.764,74	-	393.538,67
Garantias Financeiras Prestadas	218.718,55	-	-	218.718,55
<b>Total</b>	<b>514.492,48</b>	<b>97.764,74</b>	-	<b>612.257,22</b>

## 7.2 Movimentações das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo Inicial - 01/01/2025</b>	<b>1.036.855,78</b>	<b>109.459,80</b>	-	<b>1.146.315,58</b>
( + ) Transferido de Estágio	-	-	-	-
( + ) Constituição Novas Operações	297.903,92	-	-	297.903,92
( - ) Reversão	(820.267,22)	(11.695,06)	-	(831.962,28)
( - ) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	-	-
<b>Provisão Final - 31/12/2025</b>	<b>514.492,48</b>	<b>97.764,74</b>	-	<b>612.257,22</b>

## 7.3 Consolidação dos Estágios

Consolidado	Valor Contábil
<b>Provisão Inicial - 01/01/2025</b>	<b>1.146.315,58</b>
( + ) Constituição	297.903,92
( - ) Reversão	(831.962,28)
( - ) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
<b>Provisão Final - 31/12/2025</b>	<b>612.257,22</b>

## 7.4 Operações Renegociadas e Reestruturadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Central não possuía operações renegociadas e reestruturadas em sua carteira de crédito.

## 8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, referem-se a depósitos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Devedores por Depósitos em Garantia	39.400,38	-	39.400,38

## 9. Ativos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
IRPJ não compensado no próprio exercício	1.576.787,30	-	1.576.787,30
CSLL não compensado no próprio exercício	80.451,85	-	80.451,85
<b>TOTAL</b>	<b>1.657.239,15</b>	-	<b>1.657.239,15</b>

## 10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Adiantamentos e Antecipações Salariais	58.325,72	-	58.325,72
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	209.667,31	-	209.667,31
Pagamentos a Ressarcir	971.433,47	-	971.433,47
Devedores Diversos - País	61.518,59	-	61.518,59
Despesas Antecipadas <sup>(I)</sup>	523.682,20	-	523.682,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.824.627,29</b>	<b>-</b>	<b>1.824.627,29</b>

(I) Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Prêmios de Seguros	85.773,83	-	85.773,83
Assinaturas e Periódicos	838,80	-	838,80
Vale Refeição e Alimentação	211.404,02	-	211.404,02
Vale Transporte	638,70	-	638,70
Software	177.648,08	-	177.648,08
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	47.378,77	-	47.378,77
<b>TOTAL</b>	<b>523.682,20</b>	<b>-</b>	<b>523.682,20</b>

## 11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Participações em Coligadas e Controladas no País	128.834.669,33

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

### 11.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

Quantidade de Ações e Cotas	31/12/2025	
	Banco Sicoob	Uni Corretora
Capital Social	4.812.907.342,28	16.280.166,80
Nº Ações do Banco Sicoob		
Ordinárias	1.241.877.107,00	-
Preferenciais	1.228.320.417,00	-
Percentual de Participação	1,40%	99%

## 11.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Movimento do Investimento	Banco Sicoob <sup>(I)</sup>	Uni Corretora <sup>(II)</sup>	Total
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>68.214.603,41</b>	<b>43.369.272,45</b>	<b>111.583.875,86</b>
Equivalência Patrimonial	7.166.411,20	10.983.150,69	18.149.561,89
Equivalência Patrimonial (Ajuste a valor de mercado - TVM)	(406.042,41)	-	(406.042,41)
Aumento de Investimento	17.858.612,04	-	17.858.612,04
Lucros/Dividendos Distribuídos	(9.221.095,02)	(9.130.243,03)	(18.351.338,05)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>83.612.489,22</b>	<b>45.222.180,11</b>	<b>128.834.669,33</b>

(I) Ações do Banco Sicoob no montante de R\$83.612.489,22 distribuídas em 21.492.772 ações ordinárias e em 13.131.631 ações preferenciais, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Em 2020 quando da alteração do acordo de acionistas do Banco Sicoob bem como pela influência exercida pela Central na Administração daquela Instituição, os investimentos passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial;

(II) São investimentos em cotas de capital da Sicoob UNI Corretora, subsidiária da Central. O patrimônio líquido em 30 de novembro de 2025 é de R\$56.687.086,96 cujo percentual de participação é de 99%, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

## 12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2025
Imobilizado em Curso <sup>(I)</sup>		97.910,08	-	-	(5.000,00)	-	92.910,08
Terrenos		5.913.465,43	-	-	-	-	5.913.465,43
Edificações	4%	12.989.222,09	-	-	(5.065.796,62)	-	7.923.425,47
Ativo de Direito de Uso – Arrendador	4%	-	-	-	5.065.796,62	-	5.065.796,62
Instalações	10%	797.518,69	174.897,94	-	10.000,00	-	982.416,63
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.979.236,13	55.565,40	-	5.000,00	-	2.039.801,53
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.672.696,67	153.614,54	(5.936,16)	-	-	1.820.375,05
Sistema de Segurança	10%	449.280,17	15.880,00	-	-	-	465.160,17
Sistema de Transporte	20%	319.800,00	-	-	-	-	319.800,00
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>24.219.129,26</b>	<b>399.957,88</b>	<b>(5.936,16)</b>	<b>10.000,00</b>	<b>-</b>	<b>24.623.150,98</b>
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.098.120,54)	-	5.936,16	1.225.152,74	(322.872,50)	(2.189.904,14)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(116.747,83)	-	-	(6.416,79)	(92.309,84)	(215.474,46)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.124.293,98)	-	-	-	(457.194,63)	(2.581.488,61)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(37.310,00)	-	-	-	(63.960,00)	(101.270,00)
(-) Depreciação Acum. Ativo de Direito de Uso - Arrendador		-	-	-	(1.225.152,74)	(202.631,86)	(1.427.784,60)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(5.376.472,35)</b>	<b>-</b>	<b>5.936,16</b>	<b>(6.416,79)</b>	<b>(1.138.968,83)</b>	<b>(6.515.921,81)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>18.842.656,91</b>	<b>399.957,88</b>	<b>-</b>	<b>3.583,21</b>	<b>(1.138.968,83)</b>	<b>18.107.229,17</b>

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31/12/2025
Sistemas de Processamento de Dados	20%	63.348,04	134.684,57	-	-	-	198.032,61
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	20%	367.569,47	-	-	-	-	367.569,47
Marcas	20%	4.675,85	-	-	-	-	4.675,85
Outros Ativos Intangíveis	20%	254.713,92	-	-	(10.000,00)	-	244.713,92
<b>Total de Intangível</b>		<b>690.307,28</b>	<b>134.684,57</b>	<b>-</b>	<b>(10.000,00)</b>	<b>-</b>	<b>814.991,85</b>
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(460.423,62)	-	-	6.416,79	(140.275,63)	(594.282,46)
<b>TOTAL</b>		<b>229.883,66</b>	<b>134.684,57</b>	<b>-</b>	<b>(3.583,21)</b>	<b>(140.275,63)</b>	<b>220.709,39</b>

## 14. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro.

### 14.1 Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado.

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Centralização Financeira - Cooperativas	7.311.633.845,78	-	7.311.633.845,78
Prov. dos Rendimentos da Centralização Financeira	89.436.088,12	-	89.436.088,12
<b>TOTAL</b>	<b>7.401.069.933,90</b>	<b>-</b>	<b>7.401.069.933,90</b>

As despesas com a remuneração da Centralização Financeira nos respectivos períodos estão apresentadas no quadro abaixo, a taxa de remuneração ficou entre 101% e 103% do CDI.

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(964.127.789,30)	-	(964.127.789,30)

## 15. Outros Passivos

### 15.1 Obrigações Fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	22.069,21	-	22.069,21
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.021.229,95	-	1.021.229,95
Outros	131,48	-	131,48
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.430,64</b>	<b>-</b>	<b>1.043.430,64</b>

### 15.2 Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Sociais e Estatutárias	5.950.224,90	-	5.950.224,90
Cretores Diversos - País	29.222,31	-	29.222,31
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	85.188,71	-	85.188,71
<b>TOTAL</b>	<b>6.064.635,92</b>	<b>-</b>	<b>6.064.635,92</b>

## 16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Provisão para Pagamento a Efetuar	2.182.442,12	-	2.182.442,12
Provisão para Contingências	231.459,35	-	231.459,35
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	218.718,55	-	218.718,55
<b>TOTAL</b>	<b>2.632.620,02</b>	<b>-</b>	<b>2.632.620,02</b>

### 16.1 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Despesas de Pessoal	1.832.706,60	-	1.832.706,60
Propaganda e Publicidade	84.873,28	-	84.873,28
Promoções e Relações Públicas	39.422,50	-	39.422,50
Auditoria Externa a Pagar	24.184,03	-	24.184,03
Manutenção e Conservação de Bens	1.965,85	-	1.965,85
Processamento de Dados	970,64	-	970,64
Aluguéis	766,95	-	766,95
Provisão Pagamento Administração Financeira	999,18	-	999,18
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	196.553,09	-	196.553,09
<b>TOTAL</b>	<b>2.182.442,12</b>	<b>-</b>	<b>2.182.442,12</b>

### 16.2 Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

### 16.3 Provisão para Demandas Judiciais - Passivo

Descrição	Provisão para Contingências 31/12/2025
Trabalhistas	231.459,35

### 16.4 Depósitos Judiciais - Ativo

Descrição	Depósitos Judiciais 31/12/2025
Trabalhistas	39.400,38

### 16.5 Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Descrição	Contingências possíveis 31/12/2025
Trabalhistas	249.108,69
Cíveis	15.254,30
<b>Total</b>	<b>264.362,99</b>

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB Uni, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$264.362,99.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

### 16.6 Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31/12/2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes à aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025		Total
	Circulante	Não Circulante	
Garantias Financeiras Prestadas	218.718,55	-	218.718,55

## 17. Patrimônio Líquido

### 17.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (cada) e integralizado pelas singulares. De acordo com o Estatuto Social, cada singular tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	257.186.017,13

### 17.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### 17.3 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação do total das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como integralização de capital social no montante de R\$5.174.592,00.

#### 17.4 Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2025
<b>Sobras/Perdas do exercício</b>	<b>60.150.369,58</b>
(-) Juros ao Capital Próprio	(27.267.883,38)
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(348.429,88)
(-) Ajustes da Aplicação da Resolução CMN 4.966/21	(1.006.644,12)
(+) Absorção do FATES	1.831.042,81
<b>(=) Base de cálculo das destinações</b>	<b>33.358.455,01</b>
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.667.922,75)
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(3.335.845,50)
(-) Destinação o Fundo de Reserva Especial (FARE)	(18.347.150,26)
<b>Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>10.007.536,50</b>

10% para a Fundo de Reserva Legal, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

#### 17.5 Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$27.267.883,38 e em 31 de dezembro de 2024 de 100%, no montante de R\$21.245.874,48. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

#### 17.6 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2025, o SICOOB UNI realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

## 18. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	671.493,17
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(1.601,35)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(321.468,94)
Outras Receitas	7,00
<b>Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>348.429,88</b>

Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

## 19. Receitas da Intermediação Financeira

### 19.1 Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	7.560.247,98	16.574.727,15

### 19.2 Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	78.237.730,24	237.102.603,27
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	50.723.658,10	87.940.567,32
Lucros com Títulos de Renda Fixa	-	5.505,26
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(114.527,10)	(1.093.068,05)
<b>TOTAL</b>	<b>128.846.861,24</b>	<b>323.955.607,80</b>

## 20. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(500.723.980,75)	(964.127.789,30)

## 21. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	442.869,59	1.709.881,97
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	129.086,51	945.927,56
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(263.035,08)	(263.035,08)
Provisões para Operações de Crédito	(138.989,27)	(418.998,72)
<b>TOTAL</b>	<b>169.931,75</b>	<b>1.973.775,73</b>

## 22. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Rendas de Comissão de Outros Serviços	13.971,91	32.026,35

## 23. Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(83.753,36)	(121.726,31)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.231.964,31)	(6.448.785,32)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.138.764,29)	(4.262.088,15)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.549.877,64)	(5.251.080,01)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.419.066,68)	(11.764.946,46)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.281,87)	(1.281,87)
<b>TOTAL</b>	<b>(14.424.708,15)</b>	<b>(27.849.908,12)</b>

## 24. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(46.923,84)	(90.689,01)
Despesas de Aluguéis	(14.636,41)	(31.082,76)
Despesas de Comunicações	(75.739,77)	(146.228,72)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(190.580,62)	(356.792,45)
Despesas de Material	(56.865,87)	(86.466,83)
Despesas de Processamento de Dados	(314.122,80)	(604.085,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.004.607,23)	(1.394.252,51)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(477.687,55)	(851.473,72)
Despesas de Seguros	(61.363,07)	(121.054,86)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(20.864,43)	(41.216,31)
Despesas de Serviços de Terceiros	(34.807,98)	(122.102,52)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.700,00)	(20.710,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(385.257,23)	(767.391,16)
Despesas de Transporte	(22.072,34)	(46.093,24)
Despesas de Viagem no País	(280.295,79)	(477.087,09)
Despesas de Depreciação e Amortização	(635.899,06)	(1.279.244,46)
Outras Despesas Administrativas <small>(nota 24.1)</small>	(800.623,68)	(1.534.438,81)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.425.047,67)</b>	<b>(7.970.410,65)</b>

### 24.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(251,60)	(629,00)
Contribuição Sindical Patronal	(97.505,15)	(194.906,37)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(4.110,99)	(4.110,99)
Copa/Cozinha	(8.287,36)	(18.290,75)
Lanches e Refeições	(61.529,02)	(131.096,36)
Taxas da Junta Comercial	(7.615,57)	(7.615,57)
Marcas e Patentes	-	(284,00)
Mensalidades Diversas	-	(213,91)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob	(552.611,64)	(1.045.173,27)
Contribuição Confederativa	(21.000,00)	(42.000,00)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(43.267,87)	(83.225,03)
Outras Despesas Administrativas	(4.444,48)	(6.893,56)
<b>TOTAL</b>	<b>(800.623,68)</b>	<b>(1.534.438,81)</b>

### 25. Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Despesas Tributárias	(48.306,53)	(94.874,93)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(698,63)	(1.601,35)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(45.776,56)	(97.279,61)
<b>TOTAL</b>	<b>(94.781,72)</b>	<b>(193.755,89)</b>

### 26. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	747.942,56	908.876,90
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	-	15.542,00
Dividendos	-	17.967,07
Rateio Orçamentário	17.100.285,75	36.146.218,27
Juros ao Capital	8.377.233,61	8.377.233,61
Outras Rendas Operacionais	24.198,04	383.695,41
Rendas de Aluguéis	319.760,82	639.466,82
<b>TOTAL</b>	<b>26.569.420,78</b>	<b>46.489.000,08</b>

### 27. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	(110.000,00)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(16.900,00)	(16.900,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(25.132,81)	(98.029,78)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(957.905,78)	(1.835.867,81)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(476,54)	(608,49)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.000.415,13)</b>	<b>(2.061.406,08)</b>

### 28. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Provisões para Garantias Prestadas	3.500,53	(13.322,69)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	(11.057,86)	20.452,21
<b>TOTAL</b>	<b>(7.557,33)</b>	<b>7.129,52</b>

### 29. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

### 30. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

#### 30.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

No período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.089.133,70)	(6.179.868,26)
Encargos sociais	(1.017.948,93)	(2.011.835,12)
Benefícios	(142.830,61)	(268.917,06)

#### 30.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações da Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e Sicoob Uni Corretora.

#### 30.3 Cooperativas Singulares Filiadas

Em 31 de dezembro de 2025 a Central é composta por 8 Cooperativas Singulares filiadas. Abaixo está demonstrado as operações ativas e passivas realizadas com as cooperativas filiadas.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
<b>Ativo</b>		
Operações de Créditos	106.818.108,66	16.574.727,15
Rateio/Alocação Filiadas		36.146.218,27
<b>Passivo</b>		
Centralização Financeira	7.311.633.845,78	(964.127.789,30)
Rendimentos Centralização a Pagar (Crédito de Filiadas)	89.436.088,12	
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	257.186.017,13	

#### 30.4 Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Participações de Cooperativas	9.976.192,52	-
Rateio de Despesas <small>(nota 24.1)</small>	-	(1.128.398,30)

#### 30.5 Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Depósitos Bancários	3.000,00	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 5)	5.507.593.904,99	655.171.804,10
Investimentos (nota 11.2)	83.612.489,22	13.206.626,86

### 30.6 Sicoob Uni Corretora

O Sicoob Uni corretora é uma corretora com atuação na área de corretagem de seguros nos ramos elementares, seguros de vida, capitalização, planos de previdência e atuando majoritariamente na prestação de serviços de corretagem especialmente no setor cooperativo de crédito.

Transações	Ativo/(Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Valores a Receber	46.667,65	-
Investimentos (nota 11.2)	45.222.180,11	13.320.168,64

### 31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	233.867.987,28
Índice de Basileia (mínimo 10,5%)	14,36
Índice de imobilização (limite 50%)	25,52

### 32. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/25	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada		(155.696,79)

### 33. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios

e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### **33.1 Risco Operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **33.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

### 33.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

	Cooperativa	ICF <sup>(i)</sup>	IL <sup>(ii)</sup>
Central Sicoob Uni		106,55%	28,1%
<b>Parâmetro (mínimo)</b>		<b>80,00%</b>	<b>1,10%</b>

<sup>(i)</sup> As cooperativas centrais devem manter, diariamente, recursos disponíveis correspondentes a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do saldo médio, por dias úteis decorridos do próprio mês, dos depósitos da centralização financeira das filiadas, no conglomerado Banco Sicoob. Esse indicador é denominado Índice de Centralização Financeira das Cooperativas Centrais (ICF-C).

<sup>(ii)</sup> Índice de Liquidez (IL) é a razão entre ativos financeiros livres e a média das 5 maiores saídas líquidas, num período de 2 anos apurados trimestralmente. a cada novo trimestre, os valores são atualizados com as saídas ocorridas no último trimestre realizado.

### 33.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

### 33.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

### 33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 33.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

### 34. Seguros Contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

**GOIÂNIA-GO**

\_\_\_\_\_  
**Dejan Rodrigues Nonato**  
Diretor Operacional

\_\_\_\_\_  
**Diego Rabelo S. Toledo**  
Contador  
CRC DF-019.481/O